

BOLETIM 339

Brasília, 26 de abril de 2017

Desmonte da CLT pode ir a voto hoje no plenário da Câmara dos Deputados

A comissão especial que analisava o Projeto de Lei (PL) 6787/16, que trata da Reforma Trabalhista, aprovou na terça-feira (25) numa reunião tumultuada, por 27 votos a dez, o desmonte das leis trabalhistas **(foto)**. Os embates agora seguem para o Plenário da Câmara, que iniciará a votação da matéria nesta quarta-feira (26).

O substitutivo de Rogério Marinho (PSDB-RN), que irá a votação dia 26, altera 117 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e recebeu 457 novas emendas. Nunca se fez uma modificação deste tamanho na CLT de uma só vez. Desde a semana passada, o governo Temer vem pressionando para garantir a celeridade das tramitações.

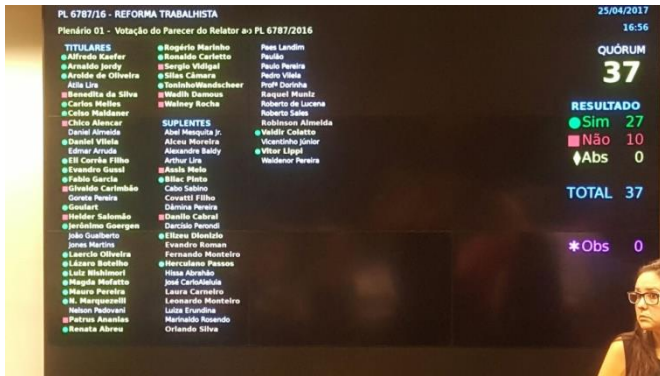
O texto aprovado acatou apenas emendas que faziam alterações pontuais na proposta, mantendo as principais medidas do relatório anterior, como o trabalho intermitente; a prevalência das negociações entre empresas e trabalhadores sobre a lei, em pontos como parcelamento das férias em até três vezes, jornada de trabalho de até 12 horas diárias, plano de cargos e salários, banco de horas e trabalho em casa; retirada da exigência da contribuição sindical.



CONTRICOM – O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, acompanhou, em Brasília, a votação do parecer do deputado Rogério Marinho na comissão especial da Reforma Trabalhista. Segundo ele, “o texto aprovado é ainda pior do que a proposta encaminhada pelo governo, o que demonstra o imenso distanciamento político dos parlamentares com a sociedade e, principalmente, os trabalhadores”.

“Eles usam o argumento falacioso de prestigiar as negociações coletivas, mas, hoje, a lei já permite a prevalência do negociado, desde que seja para avançar em relação à legislação trabalhista, o que prova que o pretendem mesmo é negociar para subtrair direitos e conquistas”, argumentou Mazinho.

O dirigente sindical acrescentou que “a única mensagem que esses parlamentares - muitos dos quais envolvidos em escândalos que assistimos na TV todos os dias, entendem é a que vem das ruas. Por isso, vamos nos preparar para a grande manifestação prevista para o dia 28 e reafirmar que não aceitamos o desmonte da CLT e das aposentadorias em nosso país”.



Conheça como votaram os deputados. **Sim** – a favor do parecer. **Não** – contra o parecer.

	Laercio Oliveira (SD-SE)	Sim
	Benedita da Silva (PT-RJ)	Não
	Helder Salomão (PT-ES)	Não
	Patrus Ananias (PT-MG)	Não
	Wadih Damous (PT-RJ)	Não
	Luiz Nishimori (PR-PR)	Sim
	Magda Mofatto (PR-GO)	Sim
	Goulart (PSD-SP)	Sim
	Toninho Wandscheer (PROS-PR)	Sim
	Rogério Marinho (PSDB-RN)	Sim
	Fabio Garcia (PSB-MT)	Sim
	Arnaldo Jordy (PPS-PA)	Sim
	Evandro Gussi (PV-SP)	Sim
	Sergio Vidigal (PDT-ES)	Não
	Alfredo Kaefer (PSL-RS)	Sim
	Chico Alencar (PSOL-RJ)	Não
	Valdir Colatto (PMDB-SC)	Sim
	Bilac Pinto (PR-MG)	Sim
	Herculano Passos (PSD-SP)	Sim
	Assis Melo (PCdoB-RS)	Não
	Elizeu Dionizio (PSDB-MS)	Sim
	Vitor Lippi (PSDB-SP)	Sim
	Danilo Cabral (PSB-PE)	Não
Celso Maldaner (PMDB-SC)	Sim	
Daniel Vilela (PMDB-GO)	Sim	
Mauro Pereira (PMDB-RS)	Sim	
Jerônimo Goergen (PP-RS)	Sim	
Lázaro Botelho (PP-TO)	Sim	
Ronaldo Carletto (PP-BA)	Sim	
Carlos Melles (DEM-MG)	Sim	
Eli Corrêa Filho (DEM-SP)	Sim	
Walney Rocha (PEN-RJ)	Não	
Givaldo Carimbão (PHS-AL)	Não	
Silas Câmara (PRB-AM)	Sim	
Arolde de Oliveira (PSC-RJ)	Sim	
N. Marquezelli (PTB-SP)	Sim	
Renata Abreu (PTN-SP)	Sim	

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Recuperação fiscal dos Estados: sai do texto aumento de contribuição previdenciária

A Câmara dos Deputados começou a votar, nesta terça-feira (25), os destaques e emendas ao projeto de lei complementar (PLP 343/17) do governo, que trata do ajuste fiscal dos estados endividados. E numa das votações mais importantes foi derrotado.

O plenário da Casa aprovou destaque do Solidariedade (SD) e retirou do texto do relator, deputado Pedro Paulo (PMDB-RJ), a exigência de os estados participantes do regime de recuperação fiscal aumentarem para 14% a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores estaduais.

Ainda faltam destaques para análise, mas não deverão ser analisados nesta quarta-feira (25), pois entrará na pauta o projeto de lei da chamada reforma trabalhista (PL 6.787/16).

Contrapartidas - Antes de começar a contar com os benefícios do regime, o estado interessado deve aprovar leis com as contrapartidas exigidas pelo projeto. Na votação de outros dois destaques na tarde desta terça, o plenário rejeitou pedidos de exclusão de algumas dessas contrapartidas.

Um destaque do PT, rejeitado por 285 votos a 143, pretendia retirar a exigência de privatização de empresas pelo estado que ingressar no programa de recuperação fiscal.

Em outra votação, o plenário rejeitou, por 244 votos a 164, emenda do deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG) e manteve no texto três contrapartidas: 1) adoção de regras de concessão de pensão no regime próprio dos servidores; 2) instituição de regime de previdência complementar; e 3) revisão do regime jurídico único dos servidores estaduais para igualá-lo ao federal.

Agência Câmara

CCJ da Câmara pode votar PEC da reforma política do Senado nesta quarta

Está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados a análise da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 282/16, que veda as coligações entre partidos nas eleições para deputado e vereador a partir de 2020 e estabelece cláusula de desempenho para o funcionamento parlamentar das legendas.

Aprovada no ano passado pelo Senado, a PEC 282/16 deve passar a integrar o debate sobre o tema na Câmara. A proposta recebeu parecer favorável a sua admissibilidade na CCJ, apresentado pelo deputado Betinho Gomes (PSDB-PE).

Na avaliação do parlamentar, o debate é urgente. “O acordo na Comissão da Reforma Política foi de que não seriam tratados temas constitucionais, e que esperaríamos essa PEC para discuti-los na Câmara”, lembrou Betinho Gomes. Um pedido de vista coletivo, apresentado na



quarta-feira passada, adiou a discussão para esta semana.

'Antidemocrática' - Os partidos contrários à proposta tentam obstruir sua votação. Para o deputado Chico Alencar (Psol-RJ), a proposta é contra a democracia, ao inviabilizar muitos partidos, inclusive o seu. "Hoje, como está, essa PEC exclui 17 partidos que agora têm representação no Congresso", afirmou.

Agência Câmara

Maia diz que governo conseguirá aprovar reforma da Previdência

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou nesta terça-feira (25) que o texto final da reforma da Previdência foi construído de forma negociada com todos os partidos e que será aprovado em Plenário.

"Quando tiverem condição de analisar com cuidado o texto, os deputados vão se sentir parte de uma proposta que avança na reforma", avaliou o presidente.

Rodrigo Maia reuniu-se ontem, na residência oficial da Câmara, com o presidente da República, Michel Temer, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, 12 governadores, 3 vice-governadores, ministros de estado e deputados da base do governo.

O encontro, de acordo com o presidente da Câmara, serviu para que os governadores conhecessem o relatório do deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA).



PSB - Questionado pela imprensa sobre a decisão da Executiva Nacional do PSB de orientar seus parlamentares a votar contra as reformas trabalhista e previdenciária, Maia acredita que o partido, que faz parte da base do governo, vai avaliar com cuidado essa decisão. Ele disse ainda que governadores do PSB – como o de Pernambuco, Paulo Câmara – são favoráveis às propostas do governo.

Segundo Rodrigo Maia, o governo conseguirá aprovar a reforma da Previdência no Plenário. "Quem disse que a gente não vai ter votos no dia 8?", questionou.

Servidores - Rodrigo Maia também afirmou que não deve haver mais mudanças no texto do relator, inclusive em relação aos servidores públicos.

Segundo o presidente, se for feita uma reforma da Previdência que não gere um resultado fiscal positivo, vai significar para o investidor que o País pedirá moratória. "O servidor tem de entender que, sem a reforma da Previdência, o Brasil quebra, a inflação sobe, e o salário dele não vale nada", comentou.

Agência Câmara



Sindicalistas apelam a senadores para barrar Reforma Trabalhista

Representantes de inúmeras entidades sindicais reuniram-se nesta terça com os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Renan Calheiros (PMDB-AL) para apelar no sentido do Senado barrar o projeto da reforma trabalhista que está tramitando na Câmara dos Deputados.

Renan denunciou que a Reforma Trabalhista está repetindo a tramitação do projeto de terceirização, “feito da noite para o dia, sem debate”. E acusou: “Essa reforma é uma coisa terrível, muito grave. Revê toda a CLT e cláusulas da Constituição. Precisamos atualizar a legislação, mas outra coisa é desmontar o Estado democrático e social”.

Kátia Abreu ponderou que é preciso que capital e trabalho negociem, “mas a terceirização acabou com todo o direito trabalhista. A política é a pressão democrática nas ruas, sem agressão física; mas, sem a força da rua, não vamos mudar nada aqui no Congresso. Os trabalhadores que não conseguirem vir a Brasília, que pressionem os parlamentares nos estados, nos aeroportos”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)